

A ATUAÇÃO DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE NA EXPRESSÃO DA SEGUNDA PESSOA EM CARTAS DOS SÉCULOS XIX E XX

Gilce de Souza Almeida*
Viviane Gomes de Deus**

RESUMO: *O objetivo deste artigo é investigar, sob uma perspectiva sócio-histórica, o uso das formas de tratamento em cartas escritas no Brasil nos séculos XIX e XX, com vistas a relacionar os fatos observados à reestruturação do paradigma pronominal. Esta análise é baseada na perspectiva da Sociolinguística, uma vez que se pretende, a partir do controle da variável escolarização, contrapor os usos que os falantes fazem das formas de tratamento nas cartas.*

PALAVRAS-CHAVE: Português brasileiro, sócio-história, pronomes de tratamento.

INTRODUÇÃO

A análise de fenômenos linguísticos a partir de *corpora* sincrônicos e diacrônicos tem fornecido dados reveladores para a compreensão da atual, e “multifacetada”, realidade linguística do Brasil, a qual só pode ser explicada se consideradas as condições sócio-históricas em que se deu a formação da língua portuguesa no Brasil. Um dos fenômenos que ilustram a expressiva diversidade do Português Brasileiro (PB) diz respeito ao quadro dos pronomes pessoais, que vem sofrendo um intenso processo de reformulação, correlacionado à inserção de *você*, documentado no quadro dos pronomes pessoais desde o século XIX.

Tendo-se em vista que é nesse século que o português brasileiro parece assumir, em definitivo, feições tão particulares, considera-se de especial relevância para o entendimento da realidade linguística atual a observação, em textos desse período, de fenômenos que a caracterizam. Assim, pretende-se investigar, neste trabalho, a influência da variável escolaridade no uso das formas para referência ao interlocutor em cartas escritas no Brasil nos anos de 1809 a 1904 com vistas a relacionar os fatos observados à reestruturação do paradigma pronominal. Para tanto, adotam-se os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Laboviana, a qual concebe a língua como uma realidade heterogênea, plural, portanto, regulada por fatores sociais, históricos e culturais.

1. PANO DE FUNDO: A SÓCIO-HISTÓRIA

Em função de razões sócio-históricas, o PB apresenta uma enorme heterogeneidade dialetal, não apenas diatópica, mas, sobretudo, social, evidenciada no distanciamento entre a prescrição gramatical e o uso efetivo da língua, tanto na modalidade culta como na popular. Considerando-se, pois, o PB tal como é falado em todas as suas variedades, enxerga-se aí uma realidade “heterogênea, plural e polarizada” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 226) que se traduz na

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: gilcealmeida@yahoo.com.br – co-autora.

** Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: vgdeus@hotmail.com – co-autora.

coexistência de várias normas: de um lado, as *normas vernáculas* e, do outro, as *normas cultas* e, no horizonte, como bem diz a autora, “paira, ou pára, a norma padrão” (ibidem, p. 230). Tal contexto, não obstante as tentativas incansáveis de homogeneização, provocou mudanças na língua falada no Brasil, como a aqui denominada “remodelagem” do quadro pronominal.

Mesmo não se tendo o intuito de descrever exaustivamente toda a história da Língua Portuguesa “no/do Brasil”, pretende-se, nesta seção, esboçar o *pano de fundo* das transformações pelas quais passou a Língua Portuguesa, trazida para o país em finais do século XV, e ao longo e todo o século XVI. É a partir deste, sobretudo do final do século XVII para o XVIII, que começa a se formar o cenário social/pluriétnico, e inevitavelmente sociolinguístico/plurilíngüe, que daria origem à variante que se denominou de *português brasileiro*, “como sempre se referia Celso Cunha”, segundo Mattos e Silva (2006, p.140). Sobre os fatos, que dizem respeito ao entorno, ou ao referido *pano de fundo*, observa ainda autora:

Fica assim claro que para uma compreensão e interpretação efetiva que considere o todo do português brasileiro, ao longo desses séculos, muitas histórias de contatos linguísticos deverão ser reconstruídas, levando em conta os falantes de variadas línguas, tendo como denominador comum a língua do poder e do prestígio, a língua portuguesa, que se torna hegemônica e oficial no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, na seqüência da política Pombalina. (MATTOS E SILVA, 2006, p.235)

Sendo assim, a autora chama a atenção para o fato de o Brasil ter-se tornado majoritariamente monolíngüe, não obstante a realidade de “multilingüismo/multidialealismo generalizado” que compunha o cenário do período histórico inicial “de 1500 à segunda metade do século XIII”. Logo, ainda na interpretação de Mattos e Silva (2006, p.237), destaca-se que “[...] na cena do Brasil colonial, serão, portanto, o *português europeu*, as *línguas gerais indígenas* e o *português brasileiro em formação*, os atores principais [...]”.

A fim de tentar aproximar-se, ao menos, de “uma [possível] compreensão” desta cena, a autora analisa alguns fatores históricos, por ela considerados significativos para o entendimento da realidade linguística aqui investigada. Destacam-se, pois: (a) a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX; (b) a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial; (c) a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX e (d) as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX.

Tratando-se, primeiramente, do contingente constituinte da realidade linguística que deu origem à língua falada no Brasil, com base no trabalho de Mussa (1991 apud MATTOS E SILVA, 2004), o qual apresenta “uma aproximação sistemática” da demografia do país durante o período colonial, Mattos e Silva (2004, p. 125) afirma que, neste (e após este) período, houve predominância de etnias não-brancas, equivalendo, aproximadamente, a 70% de não-brancos e 30% de brancos. A maioria dos brancos era composta de portugueses e luso-descendentes até a metade do século XIX. Tais dados apontam, no entanto, para uma triste e vergonhosa realidade: o extermínio da cultura indígena e, conseqüentemente, das centenas de línguas faladas por esses povos ao iniciar-se a colonização (em torno de 360 a 1.175 ou 1500 línguas), o que se denominou de “glotocídio”.

Entrando o ‘Português’ em contato com estas línguas indígenas faladas ao longo do litoral brasileiro, especificamente com as da chamada família tupi-guarani, teve origem o que se chamou de língua geral da costa. Tal denominação, no entanto, é contestada por Aryon

Rodrigues, que faz distinção entre a língua geral amazônica (oriunda do nheengatu, do vale do Içana) e a língua geral do sul, ou Paulista. Esta última, denominada por Mattos e Silva (2004) “português geral brasileiro”, teria sido a língua utilizada pelos bandeirantes (século XVII), ao adentrarem o interior paulista e o centro-oeste. Acredita-se ter sido esta uma das bases do português popular brasileiro. Estando, portanto, já presentes dois dos elementos básicos constituintes da realidade lingüística original do PB, branco e índio, soma-se a este contexto o negro. Foi a partir de 1549, quando se estabeleceu o tráfico de escravos para o Brasil, que se multiplicou o número de negros e de línguas africanas no território brasileiro. Segundo os dados de Couto (1997 apud MATTOS e SILVA 2004, p.128), no final do século XVI “a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitânicas, ultrapassando no conjunto qualquer um dos outros grupos – portugueses 30% e índios 28%”. Percebe-se, assim, a importância de se analisar a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial para se tentar chegar a uma possível explicação da realidade lingüística brasileira. Segundo Mattos e Silva (2004, p.128):

Tendo sido sempre maioria, como vimos, os africanos e afro-descendentes no período colonial e pós colonial até meados do século XIX, vemos que são eles, “a multidão sem voz”, na expressão de Kátia Mattoso (ibid.:11), que difundirão o que tenho designado de português geral Brasileiro.

Ademais da mobilidade populacional dos negros no período colonial e pós-colonial, a autora chama a atenção para “a escolarização ou a sua ausência” nessas mesmas épocas. Segundo ela, esses dois fatores aliados à demografia histórica tornariam possível enxergar a “razão por que até hoje domina o chamado português popular” (MATTOS E SILVA 2004, p.130). Logo, diante da situação precária e vexatória da escolarização no Brasil, são poucos os que conseguem terminar o ensino fundamental, menor ainda é o número dos que conseguem concluir o nível superior. Em decorrência disso, como vêm mostrando estudos da sociolingüística, o Brasil apresenta uma realidade lingüística polarizada¹, diante da qual a autora considera as normas vernáculas como o “autêntico português” brasileiro. Tal opinião “funda-se no precário efeito da escolarização na história brasileira e, conseqüentemente, no pouco eficaz ensino da norma padrão” (MATTOS E SILVA 2004, p.131).

Por último, mas não de menor importância, o fator “as reconfigurações socioculturais, políticas e lingüísticas ao longo do século XIX”. Nesse sentido, observa-se que, desde o século XVIII, com o decreto do Marquês de Pombal e a instalação da primeira rede leiga de ensino após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a língua portuguesa tornou-se a língua oficial e do ensino no país, o que se considerou “catastrófico para a escolarização no Brasil” (MATTOS E SILVA 2004, p.131). Este fato, de natureza essencialmente política e social, refletiu-se na língua, como ocorre até hoje.

Do ponto de vista social, chama-se atenção para a contribuição da imprensa nas lutas políticas e na difusão da documentação não-literária, destacando-se o papel dos jornais. Lingüisticamente, aponta-se para a possibilidade de uma situação de multilingüismo e bilingüismo generalizado, ao longo do litoral brasileiro, sendo que no século XIX foi o multilingüismo/bilingüismo localizado que passou a caracterizar certas áreas brasileiras. Ante o exposto, ressaltam-se, por fim “as reconfigurações socioculturais, políticas e lingüísticas ao longo do século XIX” e a “escolarização” como fatores decisivos para as alterações ocorridas no quadro pronominal do PB, o que se buscou comprovar na análise do *corp* aqui utilizado.

¹ Designação de Dante Lucchesi (1994) para caracterizar o português hoje falado no Brasil.

2. CORPUS E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Selecionou-se como *corpus* para este trabalho um conjunto de sessenta cartas particulares trocadas entre amigos e familiares no século XIX e princípio do XX. Essa amostra faz parte do *corpus* editado e organizado por Carneiro (2005), do qual constam 500 cartas escritas entre os anos de 1809 a 1904 por brasileiros cultos e semi-cultos de várias províncias. Das cartas aqui selecionadas, trinta foram escritas por falantes cultos, “nascidos e/ou educados em regiões urbanas”, em geral ocupantes de altos cargos – ministros, senadores, diplomatas – ou com títulos de nobreza, e as demais escritas por falantes semi-cultos, “nascidos ou radicados no interior”. Isso torna possível o controle da variável nível de escolaridade.

Desse modo, o princípio teórico que orienta esta análise é a Sociolinguística Variacionista, cujo enfoque precípua é a relação entre língua e sociedade. Esse modelo teórico-metodológico concebe a língua como uma realidade sociocultural e plural, cuja heterogeneidade é passível de ser analisada de forma sistemática, visto ser regulada por fatores internos e externos (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

3. O QUADRO PRONOMINAL DO PORTUGUÊS DO BRASIL

O quadro de pronomes vigente em grande parte das gramáticas normativas do português é herdado do latim e guarda, portanto, “uma correspondência estável” (FARACO, 1996, p. 71), uma vez que há formas específicas correspondentes a determinadas funções: nominativa, acusativa, dativa e possessiva. De acordo com Ilari, Franchi e Neves (1996), a proposta tradicional traz à tona a questão d’“a perfeita correspondência entre *peçoas do pronome e peçoas do verbo*”, recuperando uma regularidade da sentença da língua-mãe que já não sobrevive no português brasileiro. Para estes autores, a inserção de *você* no quadro pronominal quebra essa correspondência, na medida em que tal forma “[...] leva o verbo para a terceira, e co-ocorre com possessivos e pronomes átonos de terceira pessoa” (ILARI; FRANCHI; NEVES, 1996, p. 90), desencadeando mudanças profundas no quadro pronominal tradicional.

Este fato remete ao século XIX, quando o pronome *você* passou a ser usado sem seu caráter inicial de cortesia, concorrendo com o *tu*. Lopes (2004) evidencia que, somente nos anos 20 e 30 do século XX, é que *você* generaliza-se como forma de tratamento no PB. A seguir traça-se um breve panorama sobre a evolução das formas de tratamento no português, motivada sobretudo pela mudança nas relações sociais.

3.1 No princípio eram o tu e o vós: percurso histórico das formas de tratamento

Os estudos sobre as formas de tratamento no português relatam a existência, entre os séculos XIII e XIV, de duas formas de tratamento herdadas do latim: *tu* e *vós*, as quais eram utilizadas segundo o grau de intimidade entre os interlocutores, como ainda o é em francês. Usava-se *tu* no tratamento entre pessoas do mesmo nível social e nas relações de superior para inferior, e reservava-se a forma *vós* para as relações de respeito/cortesia, inclusive para o tratamento do rei. Essas formas, contudo, em fins do século XIV, já não atendiam à crescente hierarquização da sociedade portuguesa, que lingüisticamente também deveria ser marcada.

A forma *vós*, já muito comum entre a população, não era adequada para dirigir-se à figura do monarca, licenciando o uso de estratégias com formas nominais de tratamento associadas ao possessivo e combinadas com o verbo em terceira pessoa. *Vossa Mercê* foi a mais comum delas, mas tão logo caiu em desuso, uma vez que teve seu contexto pragmático ampliado, passando a ser usada para dirigir-se à nobreza e à burguesia e, mais tarde, no século XVI, era o tratamento dispensado pelos servos aos seus senhores, guardando ainda seu caráter cerimonioso. Nas relações entre os fidalgos, *Vossa Mercê* passou a ser utilizado como forma de cortesia, e, ao longo dos séculos, atravessou alguns estágios intermediários: *Vossemecê*>*Vosmecê*>*Vomecê*>*Vomcê*, até que completou seu processo de pronominalização como *ocê*~*cê*².

Atualmente no PB, os falantes dispõem de duas formas para dirigir-se ao seu interlocutor numa interação: *tu* e *ocê*. No entanto, a gramática tradicional não as classifica igualmente. De modo generalizado, ignorando o falante real, apresenta o *tu* como pronome pessoal do caso reto, e *ocê* como pronome de tratamento. Em gramáticas como a de Rocha Lima (2000), *ocê* aparece como forma de tratamento indireto de segunda pessoa restrita ao uso familiar. Cunha e Cintra (2001, p. 284) reconhecem o uso generalizado de *ocê* no PB tanto para trato íntimo como para fora desse campo. Quanto ao uso de *tu*, dizem os autores, está restrito ao extremo sul do país e a alguns pontos da região Norte. As gramáticas também são unânimes na descrição das formas oblíquas. Assim é que se lê que *te* e *vos* são os oblíquos átonos do singular e do plural, respectivamente; *ti*, *contigo* e *vós*, *convosco* são os oblíquos tônicos, os quais aparecem sempre regidos por preposição. Ao lado dessas formas aparecem os possessivos *teultua* e *vosso/vossa*.

4. ANÁLISE DOS DADOS

As cartas eram, na maioria das vezes, escritas aos *Ilustríssimos e Excelentíssimos Amigos e Senhores*, deixando transparecer o papel social do destinatário, a intimidade [ou falta de] e o grau de parentesco entre os interlocutores. Essa forma interlocutória cerimoniosa sugere certa formalidade; todavia, pela natureza das informações trocadas e a intimidade da maior parte delas, percebe-se o caráter informal das mesmas (cf. CARNEIRO, 2005). Carneiro (2005) acrescenta que o tratamento cerimonioso mesmo em relações entre iguais era comum por se tratarem muitas vezes de amigos com títulos de nobreza ou ocupantes de cargos públicos. Em função disso, as estratégias nominais e pronominais eram cuidadosamente escolhidas.

A partir da análise da amostra, foram identificadas as principais formas de referência ao interlocutor, utilizadas no século XIX e início do XX. É importante salientar que as formas de tratamento *Senhor*, *Excelentíssimo* e *Ilustríssimo* não foram incluídas no quadro, visto que aparecem exclusivamente na introdução das cartas como vocativo, inclusive usadas em diferentes relações entre os interlocutores e, com frequência, ocorrem juntas: *Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Barão*, *Ilustríssimo Senhor Manoel Inácio da Cunha Menezes*. A tabela abaixo apresenta a distribuição total dos dados segundo as estratégias nominais e pronominais mais utilizadas nas cartas, observando-se a variável nível de escolaridade.

Tabela 1 – Distribuição das formas nominais e pronominais de acordo com a escolaridade

Escolaridade	Forma de tratamento						Total
	Vossa Excelência	Vossa Senhoria	Vosmicê	Você	Vocês	Tu	

² Estudos recentes sobre o português brasileiro apontam para o uso do *cê* como clítico (Ex.: *Cê viu?*).

Culto	24 8,6%	30 10,7%	19 6,8%	7 2,5%	1 0,4%	88 31,4%	–	169
Semi-culto	69 24,6%	4 3,6%	28 10%	–	–	4 1,4%	6 2,1%	111
TOTAL	93 33,2%	34 12,1%	47 16,8%	7 2,5%	1 0,4%	92 32,8%	06 2,1%	280

Os números mostram que a estratégia interlocutória preferida é a forma nominal *Vossa Excelência* (33,8%), comum em cartas oficiais nos séculos XVIII e XIX e que, revela, pois, a natureza assimétrica das relações. Entretanto, todas as cartas aqui analisadas são de caráter particular. O alto índice da forma *Vossa Excelência* pode ser explicado pelo fato de serem tais cartas dirigidas a pessoas de *status* social elevado.

(01) Rogo á *Vossa Excelência* me recomende aos Excelentíssimos Senhores Telles, e Antonio Augusto. (Carta 01)

Pelos dados tabulados, observou-se que ao lado da estratégia *Vossa Excelência*, apresenta-se, com percentual muito próximo, o *tu* (32,8%). Tendo-se documentado um total de 81/88 ocorrências da forma implícita, frente a 07 formas de sujeito explícito *tu*, entre os falantes cultos, e 04/04 formas implícitas entre os falantes semi-cultos, é possível perceber, desde já, o enfraquecimento do uso dessa forma pronominal na interlocução. Acredita-se, pois, com base em Lopes e Duarte (2007), que a alta produtividade da 2ª pessoa verbal, o *tu*, embora como sujeito implícito, deve-se ao fato dessas correspondências se darem entre falantes no “plano da intimidade”. Isto permite dizer que aos referidos “homens ilustres” (por terem, em sua maioria, formação de Bacharel em Direito e ocuparem, todos, cargos de destaque na sociedade) era-lhes, tacitamente, licenciado o ‘tuteamento’, tratamento destinado a pessoas íntimas, conforme ocorre no francês e no espanhol. No PB atual, no entanto, sabe-se que o tratamento de 2ª pessoa, da maneira como se registra nas cartas, não se confirma nem na modalidade oral nem na escrita.

Diante das ocorrências de *você* na amostra, e da produtividade significativa das demais formas nominais (*vossa excelência*, *vossa senhoria* e *vosmicê*), os dados deste trabalho corroboram os estudos de Lopes (2004) e Cintra (1972). Deve-se, no entanto, considerar que tais formas de tratamento, levando-se em conta o “pioneirismo” de *Vossa Mercê*, bem como a completude do seu processo de gramaticalização (nome>pronome), sofreram “perda gradativa de reverência”. Para comprovação desta gradativa mudança, em meio à qual se situa a escrita das cartas estudadas, observa-se o seguinte exemplo:

(02) Eu se tivesse um pai, como **você**, (e dizendo como **Vosmice**, digo tudo) e não me desse, ou me fizesse este bem eu não havia queixar [...]. (carta 07)

Ainda a respeito da Tabela 1, destaca-se a interferência da variável escolaridade como fator social condicionante de processos de mudança na língua. Observam-se, assim, as ocorrências da forma inovadora de tratamento, *você* no *corpus* analisado, documentadas, todas elas, na escrita dos remetentes cultos, inclusive o plural, *vocês* (1/1), lembrando ainda que o *vós* não se encontrou na amostra dos usuários cultos.

A forma *tu*, na amostra dos semi-cultos, apareceu apenas implícita na desinência verbal em variação com outra estratégia, o que revela a mistura do tratamento.

- (03) O que disse a **Vossa Excelência** sobre a estada do Doutor Joao na Bahia, é porque **vêjas** que os que lá rezidem sao Deputados e Senadores, sem as despezas e trabalhos que **Vossa Excelência** tem, e sem precisarem do roزاریo que **Vossa Excelência** tem, e precisa ter. (carta 500)

O índice de ocorrência de *vós* é também pouco significativo e, assim como *tu*, não ocorre como sujeito realizado, mas apenas expresso no uso do complemento *vos* e no possessivo *vosso*, fato já observado em Lopes (2004). Apenas na carta 436, em que o afilhado escreve, em poucas linhas, ao padrinho para lhe dar notícia do falecimento do pai, o tratamento predominante é *vós* – expresso no possessivo e no complemento *vos*. Considerando que *vós*, usado para um único interlocutor, entra em desuso desde o século XVIII (FARACO, 1996), pode-se pensar o uso dessa forma como uma estratégia discursiva comum em cartas.

- (04) É com dor intima no coração que **vos** dou a cruel notícia do fallecimento do meu adoradoe inexquecível pae. (carta 436)

Nas outras cartas em que se verifica o uso dessa estratégia, ela está em concorrência com outra forma, como em:

- (05) [...] lamento nao ser **Vossa Excelência** Amigo de aquele, se bem que elle nao seja seu desafecto segundo disse-me, e acrecentou que ainda espera prestar-lhe algum servisso. Lembraivos da fraqueza humana [...] (carta 496)

Observando ainda a perda da uniformidade do tratamento, a que se fez referência acima, destaca-se a carta 401, cujo remetente dirige-se ao destinatário utilizando a forma *Vossa Excelência*, porém, numa nota ao fim da carta, escreve:

- (06) Seo Almeida assim o fez nao he por **ti** etc.

O sincretismo entre a 2ª e a 3ª pessoas já havia sido verificado por Lopes (2004) nas cartas dos Ottoni, principalmente nas correspondências de Bárbara, a avó. As autoras atribuem esse fato à reestruturação do quadro pronominal, decorrente das possibilidades combinatórias que *você* passou a assumir.

Um aspecto que chama a atenção nesta análise é o comportamento do clítico *lhe*, tradicionalmente dativo anafórico de terceira pessoa, que aparece em função acusativa tanto como anafórico de terceira como de segunda pessoa, conforme se verifica em:

- (07) Quando Marcolino foi com Sinhazinha tive muita vontade de ir [...] A muito que não tenho o prazer de **lhe** ver e abressar o que tenho sentido. (carta 124)
- (08) O Vigario Agripino já declarou-se francamente com o Vianna n'um artigo no "Jornal de Noticias" de 19, procure**lhe**, e veja em que pretesto se pegou-**lhe** para provar sua passagem [...]. (carta 387)

A tabela abaixo evidencia o comportamento de *lhe* no corpus na 2ª e 3ª pessoas:

Tabela 2 – Uso da forma *lhe* no corpus segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Dativo		Acusativo		Total
	P2	P3	P2	P3	
Culto	26 43,3%	33 55%	–	1 1,7%	60 100%
Semi-culto	32 57,14%	11 19,64%	10 17,86%	3 5,36%	56 100%
Total	58 50%	44 37,9%	10 8,6%	4 3,5%	116

O uso de *lhe* como clítico dativo de segunda pessoa das formas nominais (*Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Vosmicê*, *Você*) é bastante significativo no *corpus* em ambos os níveis de escolaridade, fato resultante, decerto, da vulgarização de tais formas nominais – desde o século XV –, que passam a ser usadas com os clíticos de terceira pessoa. Apesar da pouca representatividade, do ponto de vista estatístico, de *você* no *corpus* analisado, pode-se inferir que o uso quase generalizado de *lhe* para segunda pessoa, como objeto indireto, já é resultado da interferência lingüística gerada pela pronominalização dessa forma. Segundo Galves (2001), a subida do clítico *lhe* para a segunda pessoa está ligada à introdução de *você* no paradigma pronominal, que faz com que o verbo perca a marcação de segunda pessoa, criando, assim, um contexto favorável ao deslocamento do clítico.

Nos dados acima, destaca-se, conforme já exemplificado, o uso de *lhe* em função acusativa, fato que já pode apontar para a perda do clítico de 3ª pessoa *o/a* (que também se alinha ao paradigma da 2ª pessoa) e para a perda do *lhe* como dativo anafórico. Trabalhos recentes sobre o PB têm apontado o processo de mudança por que vem passando o uso da forma *lhe* no que diz respeito à representação do dativo, o que leva o falante a lançar mão de outras estratégias alternativas ao clítico. No *corpus* em análise, já é possível verificar os indícios dessa mudança tendo-se em vista, pelos dados apresentados acima, que é maior, na modalidade semi-culta, a ocorrência de *lhe* para a representação da 2ª pessoa. Entre os remetentes cultos, como já se poderia prever, o uso de *lhe* em sua função prototípica é mais produtivo (55%) do que entre os semi-cultos (19,64%), e seu uso como acusativo é irrelevante naquela modalidade, o que sugere maior preservação dos clíticos anafóricos.

Estudos recentes em *corpora* mais atuais têm revelado a presença do clítico *lhe* no quadro pronominal do PB assumindo a função acusativa (cf. RAMOS, 1999; OLIVEIRA, 2004). Ramos (1999) menciona que houve um “alargamento de domínio”, e essa forma passou a alternar entre o dativo e o acusativo em cidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa.

Segundo estudos sobre o uso do possessivo, o novo modo de representar a preposição de posse para a terceira pessoa já era visível desde o português arcaico, que constituía na duplicação do possessivo. Usava-se além de *seu* uma forma contraída da locução constituída da preposição *de* mais o pronome lexical *ele*: [de+ele]>dele resultando em *seu... dele*”

A seguir registram-se os dados a respeito da interferência da variável social escolaridade no uso dos pronomes possessivos *seu(s)*, *sua(s)* no *corpus*.

Tabela 3 – Uso dos possessivo *seu(s)/sua(s)* na segunda e terceira pessoas

Escolaridade	Pronome possessivo	Total
	Seu(s), sua(s)	

	P2	P3	
Culto	63 67,8%	30 32,2%	93 100%
Semi-culto	70 82,35%	15 17,65%	85 100%

No *corpus* chama-se a atenção para a grande ocorrência do possessivo *dele*, especialmente nas amostras de semi-cultos. O fato de se ter o *você* usado com a flexão verbal na terceira pessoa, mas fazendo referência à segunda, ocasionou a quebra da uniformidade do tratamento, uma vez que “novas possibilidades combinatórias tornam-se usuais: *você* com *te* ~ *lhe* ~ *você*, *teu/tua* ~ *seu/sua*, etc. e *vocês* com *lhes* ~ *vocês*, *seus* ~ *teus*, *de vocês* etc.” (LOPES, 2004, p.1).” Essas alterações geram uma ambigüidade na terceira pessoa, cujas formas passam a designar tanto os elementos do eixo discursivo como os que estão fora dele. O possessivo *seu* tanto pode referir-se à 2ª como à 3ª pessoa, mas o sistema, para desfazer ambigüidades providenciou a forma *dele*, conforme se observa:

- (09) Recebi **seo** recado para **lhes** dar noticias do fenado José Américo e logo de momento escrevelhe pela mai da Água mais sube que onão achou mais em casa, senti o pasamento **delle** porque sei que era seo Amigo [...] (Carta 485)

A tabela abaixo mostra que o uso de *dele* é bem mais produtivo entre os remetentes semi-cultos (51,61%) do que entre os cultos, que preservam mais a forma padrão. O uso de *dele* entre os de escolaridade superior ocorreu apenas duas vezes, o que equivale a 9,1% das ocorrências.

Tabela 4 – Uso de *seu/dele*

Escolaridade	Pronome possessivo (P3)		Total
	Seu (s), Sua(s)	Dele(s), dela(s)	
Culto	30 90,9%	3 9,1%	33 100%
Semi-culto	15 48,39%	16 51,61%	31 100%

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, pois, neste trabalho, que acontecimentos anteriores ao período de produção do *corpus* analisado desencadearam mudanças na “língua portuguesa” trazida para o Brasil, principalmente em finais do século XVII e XVIII com a vinda em massa do povo lusitano após a instalação da corte portuguesa na então colônia. Dada a sua realidade de colônia, até, aproximadamente, a primeira metade do século XIX, o Brasil sujeitou-se à imposição da língua do colonizador, “assistindo” a uma expansão glotocida da Língua Portuguesa para o interior país, e sendo subjugado a muitas outras “convenções” (para não dizer “imposição”). Estas, de cunho sobretudo político e religioso (este desde sempre diretamente ligado à política e/ou interesses econômicos), visavam, e continuam visando, à homogeneidade da língua. Desse modo, tenta-se, *seculus seculorum*, e tem-se conseguido, em parte, fazer prevalecer uma norma em detrimento das inúmeras outras que constituem a “bipolarizada” e, acrescenta-se, multiforme realidade lingüística do Brasil.

Por fim, sobre as formas de tratamento utilizadas nas cartas dos séculos XIX e XX, os dados apontam para: (i) a variação *vossa excelência/vossa senhoria* entre os indivíduos cultos e a preferência pelo uso de *vossa excelência* entre os semi-cultos, registrando-se também a ocorrência de *você/vocês* (explícitos) apenas no primeiro grupo, *vós* apenas no segundo grupo e a baixa ocorrência de *tu* explícito em ambos os grupos; (ii) documentou-se maior produtividade de *lhe* como acusativo entre os falantes semi-cultos, conforme previsto, tendo-se registrado apenas uma ocorrência no grupo de maior escolaridade; (iii) o uso do possessivo *seu(s)* para a 2ª pessoa, em maior número, bem como o uso estratégico de *dele* para a 3ª pessoa, mesmo com poucas ocorrências. Desse modo, ficam evidentes os indícios da reestruturação do quadro pronominal do PB em decorrência de fatores internos e, principalmente, externos à língua, destacando-se aqui o fator escolaridade.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira. **Cartas brasileiras** (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico. 2005. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CINTRA, L. F. **Sobre formas de tratamento na Língua Portuguesa**. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 17. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta 13**, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR. 1996.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Ed. da Unicamp. 2001
- ILARI, R.; FRANCHI, C.; MOURA NEVES, M. H. de. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (Org.). **Gramática do Português falado: estudos descritivos**, v. 4. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002. p. 73-159.
- LIMA, C. H. R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- LOPES, C. R. S. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil - séculos XVIII e XIX. In: CIAPUSCIO, Guiomar et al (Org.). **Sincronia y diacronia: de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Frankfurt: Vervuert/Bibliotheca Ibero-Americana, 2004, v. 107, p. 187-214.
- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, J.; ALKMIM, M. (Org.). **Para a história do português brasileiro** Vol. 5. Estudos sobre mudança lingüística e história social. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFMG, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Uma compreensão histórica do Português Brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Alice Marcelino et al (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 219-254.

OLIVEIRA, M. A perda da preposição A e a recategorização de lhe. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 23, p. 292-297, 2004.

RAMOS, Conceição de Maria Araújo. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular**. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].